



Ministério da Educação  
Instituto Benjamin Constant  
Direção-Geral

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 9 DE SETEMBRO DE 2021

Ao dia 9 de setembro de 2021, às 14 h, em segunda convocação, em sala virtual do Google Meet, teve início a reunião ordinária do Conselho Diretor do IBC, estando presentes os seguintes membros: João Ricardo Melo Figueiredo, presidente; Márcia Lins, diretora substituta do Departamento de Estudos e Pesquisas Médicas e de Reabilitação; Elise de Melo Borba Ferreira, diretora do Departamento de Pós- Graduação, Pesquisa e Extensão; Jefferson Gomes de Moura, diretor do Departamento Técnico-Especializado; Luigi Amato Bragança Amorim, diretor do Departamento de Educação; Maria Odete Santos Duarte, diretora do Departamento de Planejamento e Administração; Indira Stephanni Cardoso, representante dos técnicos administrativos; Marcele Maria Ferreira Lopes, representante dos professores. Como convidados estavam presentes os professores Angélica Beta, Fernando da Costa Ferreira e Robson Lopes de Freitas. O presidente do conselho sugeriu a inversão do primeiro ponto de pauta com o segundo, acatado pelos demais. Sendo assim, a primeiro ponto de pauta foi a apresentação e votação dos projetos pedagógicos de Cursos Lato Sensu, começando pelo curso Teorias e Métodos de Alfabetização de Pessoas com Deficiência Visual. A professora Angélica Beta foi convidada a apresentar a proposta de curso, explicando a sua ementa, descrevendo o colegiado do curso, informando sobre a qualificação de seus membros. Segundo a professora, trata-se de um curso único do Brasil, pois concebido a partir da prática de professores com expertise no assunto, não só formando professores a atuarem nessa etapa do ensino, como fomentando pesquisas e desenvolvimentos de materiais especializados nesta área — afirmação essa embasada na pesquisa que o grupo de trabalho realizou em todo o Brasil e que não identificou nenhuma formação com o escopo proposto. A professora Elise perguntou se os dias e horários já estavam definidos, considerando a necessidade de se consultar previamente a administração da escola. A professora Angélica disse que não. Os conselheiros Marcele, Elise e Luigi parabenizaram o trabalho cuidadosamente elaborado pelo grupo. Marcele perguntou à Angélica se a instituição tinha realmente professores suficientes para atender às demandas do ensino, sobretudo da primeira etapa, e dos cursos de especialização, uma vez que este já era um problema no

âmbito do DED. Segundo ela, há algum tempo a categoria vem se preocupando com a atuação de docentes especialistas (história, matemática, geografia etc.) nas turmas de 5º ano — fato que em reuniões anteriores com os docentes foi apontado como indevido, já que eles não se sentem aptos a atuarem na 1ª fase por não terem formação para tanto. O conselheiro Luigi reforçou a preocupação de Marcele. A professora Angélica explicou que o quadro de professores do curso não era formado apenas por docentes da primeira fase e que ela acreditava que, com a organização do setor, pudesse ser possível oferecer o curso sem afetar o atendimento dos alunos da primeira fase e que todos os professores poderiam desempenhar suas atividades docentes sem prejuízo dos seus direitos. O presidente do Conselho informou que a gestão tem feito pedidos sucessivos para o MEC de ampliação de seu quadro docente. Ele lembrou que o fato de ser ligado diretamente ao gabinete do ministro dificultava a realização de concursos, porém apesar dessa dificuldade, ele disse concordar com a professora Angélica em relação à necessidade de organizar o trabalho docente no IBC. João Ricardo disse também que discordava que os professores de área EBTT não pudessem atuar no quinto ano; que apesar da luta para contratar mais professores, não havia nenhuma previsão de quando isso irá acontecer. Ele elogiou a iniciativa dos professores que propuseram o curso, uma vez que ela reforçava a importância do IBC na educação especializada, o que vinha totalmente ao encontro do trabalho desenvolvido há décadas pela Instituição. A conselheira Elise disse que este curso oficializava um fazer que sempre havia sido do IBC. Segundo ela, o Instituto oferecia cursos lato sensu, mas sem poder certificar, dependendo sempre de parcerias. Para a professora, apesar de as parcerias serem boas, chegou-se à conclusão de que o IBC só deveria passar a oferecer e certificar seus próprios cursos. Logo, para Elise, a aprovação do curso proposto é um capítulo importante da história do IBC, que passaria a ter um curso exclusivamente seu. Como o IBC não tem autonomia para criar cursos especialização lato sensu, a votação realizada foi pela aprovação ou não do envio da proposta dos cursos ao Ministério da Educação. No caso do curso em pauta, ele foi aprovado por unanimidade para ser submetido à aprovação pelo MEC. O segundo curso a ser apresentado foi o de Metodologias do Ensino de Geografia. Coube ao professor Robson apresentá-lo. Segundo ele, o curso era voltado à formação de professores de geografia especializados no ensino de pessoas com deficiência visual. Seu colegiado, composto por oito docentes, todos com pesquisas cadastradas na Divisão de Pós-Graduação e Pesquisa (DPP). Em seguida, ele apresentou a estrutura curricular do curso. Ao final da apresentação, a representante dos docentes no Conselho parabenizou a equipe de geografia do IBC pelo empenho na estruturação do curso e, mais uma vez, registrou a preocupação com o número insuficiente de professores da área, com a demanda de mais dois para reforçar o quadro. A conselheira Elise disse que esta demanda já havia sido encaminhada à Direção-Geral para que a disciplina de Geografia fosse contemplada em futuras redistribuições. O professor Fernando informou que o grupo de geografia da casa era o único em que todos os docentes estavam unidos na oferta do curso em questão. A conselheira Elise lembrou que o referido curso havia sido o primeiro a ser proposto anos atrás e elogiou o trabalho do grupo responsável pela sua formatação. O presidente do Conselho concordou com a necessidade urgente de se contratar novos professores de geografia e confirmou que o pedido já havia

sido encaminhado à Direção-Geral; disse que havia uma fala contundente do MEC de que não existia vaga aberta para concurso nesse momento e que o quadro deveria ser recomposto por meio de redistribuições — esforço esse que a Direção já estava fazendo. João Ricardo também parabenizou toda a equipe de geografia pela excelente proposta de curso apresentada e fez um pedido para que ambas as propostas apresentadas na reunião fossem reformatadas e padronizadas para que não passassem, ao MEC, a falsa impressão de falta de unidade na Instituição em suas propostas. A representante dos professores também chamou a atenção para a padronização do item coordenação. Colocado em votação, o curso foi aprovado para ser encaminhado ao MEC. O segundo ponto de pauta foi a constituição da Comissão de Confecção, Organização e Divulgação de Horários do DED. O diretor do referido departamento explicou que os dois documentos a serem apreciados no Conselho fazem parte do trabalho de organização do Departamento de Educação, constituindo parte do legado do trabalho da equipe responsável pela validação dos documentos do DED. A representante das professoras registrou que a comissão responsável pela elaboração do horário docente, de que tratava o primeiro documento apresentado, era uma demanda dos professores do DED e agradeceu ao professor Luigi por tê-los consultado e incorporado as respectivas sugestões no documento. O diretor do DTE sugeriu que a comissão pudesse contar com participação de docentes de outros departamentos. A conselheira Marcele explicou ao diretor do DTE que a preocupação do grupo de trabalho era de que seus integrantes conhecessem amplamente as atividades docentes do DED. O diretor do DED, a representante dos docentes e o presidente do Conselho consideraram que as peculiaridades do Departamento de Educação tornavam mais conveniente que a referida comissão devesse ser composta apenas por professores desse departamento. A conselheira Marcele acrescentou que a representação docente tem como proposta de trabalho visitar os departamentos e conversar com os docentes neles lotados para criar uma aproximação. Luigi aproveitou o momento e fez uma reflexão sobre a necessidade de a categoria dos professores não ser dividida com lotações nos diferentes departamentos do IBC, mas sim que eles pertencessem ao Instituto como um todo, com atuações nos departamentos. Segundo o diretor do DED isso acabaria com a segmentação da categoria. O presidente do Conselho concordou com a reflexão, acrescentando que com a ida para a Rede Federal de Educação Profissional, seria exatamente isso que aconteceria. Posto em votação, o documento foi aprovado por unanimidade. O segundo documento do DED apresentado ao Conselho foi o Regulamento da Comissão de Validação dos Documentos Relativos às Atividades dos Docentes do IBC. Luigi lembrou que a criação dessa comissão havia sido defendida pela Direção do Departamento, dada a importância desses documentos para a definição e a comunicação, à sociedade, do trabalho docente na instituição, garantindo, inclusive, o cumprimento da carga horária por parte do profissional. Luigi relatou o grau de representatividade da comissão que elaborou o documento, a qual contou com a participação dos diretores dos departamentos que contam com professores em suas equipes. Luigi também ressaltou que a minuta do documento havia sido levada à categoria para que recebesse as devidas contribuições; disse que a referida comissão era fundamental para a Instituição. Elise disse que gostou muito do grupo e do trabalho realizado, lembrando que um documento dessa natureza precisará passar por revisões para ser aprimorado com o tempo.

Jefferson também elogiou a iniciativa e o resultado do trabalho. A representante dos professores reiterou a importância do regulamento, assim como a publicação dos Planos Individuais de Trabalho (PITs) no site institucional. O presidente do Conselho disse que o documento colocava a instituição em outro patamar, no aspecto da transparência. Colocado em votação, o documento foi aprovado por unanimidade. O próximo ponto de pauta foi o retorno presencial das aulas. O diretor do IBC disse que, conforme havia sido divulgado no vídeo gravado para a comunidade com o relato das audiências e demais tratativas com o MEC, a Justiça e o Ministério Público, não havia mais como adiar o retorno das aulas e a entrega do respectivo cronograma. Ele disse também que o protocolo que estava sendo acrescido ao protocolo-base, com as contribuições de todos os departamentos, seria ainda submetido à consultoria da Fiocruz e que o COE continuaria monitorando e orientando o funcionamento da Instituição. Ele informou que naquele mesmo dia havia se reunido com a Advocacia Geral da União, que o havia recomendado este procedimento. A professora Marcele disse que não havia tido tempo de realizar uma plenária com a categoria para discutir o teor dos comunicados do site e do vídeo e que, por isso, a representação docente havia aplicado um questionário entre os professores do IBC. Segundo o relatório por ela citado e anexo a esta ata, de acordo com o resultado, dos 53 servidores que o haviam respondido, 73,6 % não estavam de acordo com o retorno presencial conforme o cronograma divulgado e 75,5% responderam que não estavam de acordo com a forma de planejamento de retorno gradual divulgado pelo comunicado. A conselheira Elise disse que não se tratava de aprovar ou não o retorno, pois ele já havia sido determinado pela justiça. A representante leu então os questionamentos registrados no relatório citado, aqui transcrito. *“A representação docente apresentou os dados coletados em questionários feito com a categoria, em virtude da falta de tempo para realizar reunião, já que houve um feriado na semana. Responderam 53 docentes do DED, DMR, DOE, DPPE, DRT, DTE e DPME. 73.6% docentes não estão de acordo com o retorno das aulas presenciais no cronograma divulgado. 75.5% docentes não estão de acordo com a forma de planejamento de retorno gradual divulgado pelo comunicado. A representação docente leu os seguintes comentários retirados do questionário: decisão de retorno e cronograma não foram tomadas junto à comunidade escolar; falta de informações, discussão e planejamento sobre o retorno presencial, ao que se refere ao modelo de ensino híbrido que preze pela equidade entre alunos que permanecerem em ensino remoto e aqueles que optarem pelo ensino presencial; as famílias não foram devidamente informadas sobre o retorno presencial; a direção geral não marcou uma data para a reunião já solicitada junto aos docentes, desde julho de 2021; falta de tempo de discussão e planejamento para o retorno em duas semanas, podendo acarretar num retorno presencial confuso, num ensino híbrido pouco eficaz, trazendo prejuízos em ambas as modalidades (remota e presencial); não foi feito um levantamento atual junto ao corpo docente daqueles que se encontram dentro dos grupos prioritários e de risco e os que já foram vacinados com duas doses; não há tempo hábil, dentro do cronograma, para uma discussão sobre os protocolos de biossegurança com os alunos e responsáveis que optarem pelo ensino presencial e com os docentes para que todos conheçam e compreendam tudo o que deverá ser seguido, principalmente se tratando de alunos menores de idade; não há preocupação com questões de transporte dos alunos e docentes e dos riscos*

*a que ambos serão submetidos durante o trajeto ao IBC; falta de informação sobre a contratação de pessoal suficiente para limpeza constante, acompanhamento de alunos que necessitem, verificação do cumprimento dos protocolos pelos alunos, entre outros; preocupação de setores que têm contato corporal direto com crianças bem pequenas e bebês que não podem usar máscara nem serem vacinados; neste momento, o Rio de Janeiro é o epicentro da variante delta e tem um aumento acentuado de internações e mortes, fato que coloca em risco tanto os professores quanto às famílias que vêm de lugares bem distantes e enfrentam o transporte público; defesa positiva do trabalho docente obtido com o trabalho remoto, em alguns setores, com uma boa participação das famílias; após as últimas etapas da referida volta presencial, teremos um contingente muito grande de docentes diariamente dentro do IBC, já que apesar de alguns alunos ainda continuam em ensino remoto, com a volta de todos os níveis de ensino, todos os docentes deverão estar presentes para cumprir suas aulas presenciais na instituição, o que acarretará uma aglomeração de servidores que ainda não foi pensada tampouco discutida como será tratada; retornar hibridamente no final do ano letivo não ameniza o dano no processo de ensino e aprendizagem provocado pela pandemia, e ainda coloca em risco vidas humanas; o Estado do RJ está com o fluxo de vacinação irregular, por conta de atrasos na distribuição das doses; crianças abaixo de 12 anos não estão com o plano de vacinação completo, acrescido do fato de serem mais dependentes e necessitam de orientações pelo toque/contato, elas deveriam ser as últimas a voltarem dentro desse plano de escalonamento previsto pelo COE; dada a carga horária docente, pergunta-se como manter um esquema remoto e, ao mesmo tempo, presencial que não cause ainda mais danos pedagógicos aos alunos; preocupação com a diminuição da carga horária no remoto e uma diminuição da carga horária do aluno no presencial, não contemplando com qualidade nenhuma modalidade; alguns locais de trabalho IBC são inadequados no que diz respeito a ventilação ambiente com salas de aula que não possuem entrada de ar externo nem equipamento para renovação do ar, o que desrespeita a Norma Técnica 009 da ANVISA - Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior - e também as Recomendações do MEC para o Retorno Presencial; dificuldade do ensino remoto e concordância no retorno presencial, mas com planejamento, o que não está sendo feito; falta de garantias de ter os EPIs e condições físicas adequadas para o trabalho no retorno presencial; até o momento não foi comunicado aos docentes as respostas do formulário aplicado aos alunos/responsáveis sobre o retorno nesse momento; falta de entendimento do motivo do IBC retornar sem seguir o movimento das outras instituições federais no RJ, que também são réus no processo do MPF, e já se manifestaram que irão retornar no final do ano ou início em 2022. Ainda com base nos questionários foram feitas as seguintes sugestões: agendar reunião com servidores e/ou com servidores e famílias, para debater as condições de retorno com maior transparência; aguardar o fim do ano letivo no modelo remoto para não prejudicar os alunos e planejar melhor o retorno presencial para o próximo ano letivo; voltar ao ensino presencial com as duas doses da vacina (ou dose única) em toda a comunidade escolar - as especificidades de nosso alunado não possibilitam o afastamento recomendado para evitar o contágio; retorno presencial deveria começar pelos maiores (alunos da segunda fase) do que os das séries iniciais, pois já tomaram a primeira dose da vacina e pela*

*independência que alguns já apresentam; detalhamento sobre o retorno dos atendimentos feitos pelos serviços da DOE, bem como sobre o retorno daqueles alunos com outros comprometimentos, além da condição de deficiência visual que, por diversos motivos, não conseguem usar EPIs, necessitam de um contato mais próximo durante as atividades dentro do IBC ou que tenham quaisquer outras necessidades que inviabilizam o seu retorno presencial; compartilhar e discutir os protocolos de segurança para o retorno presencial, pois somente após esse momento, pode ser decidida quais as datas e procedimentos de retorno”.*

O presidente do Conselho disse que em nenhum momento havia se negado a conversar com os diferentes segmentos da Instituição e que na conversa que havia tido no dia anterior à reunião com os profissionais da DRT ninguém havia feito nenhuma pergunta ou questionamento ao que havia sido divulgado; que a Direção se colocava à disposição para se reunir com os servidores das demais divisões; que a julgar pelo desconhecimento do trabalho desenvolvido pela supervisão do DED para organizar o retorno, os questionamentos reportados pela representante docente demonstravam que as pessoas que os fizeram não haviam se envolvido nas ações desenvolvidas pelas próprias coordenações com vistas à organização da retomada das aulas presenciais. João lembrou que o IBC não era uma autarquia, com autonomia suficiente para negar-se a cumprir uma ordem da justiça e do MEC; que não se tratava da opinião dele, diretor-geral, favorável ou não ao retorno, se queria ou não o retorno, mas sim de uma medida que a Instituição era obrigada a tomar porque não tinha condições de bancar uma atitude diferente, como o Colégio Pedro II, por exemplo, que havia anunciado na semana anterior a intenção de retomar as aulas presenciais só em 2022. O diretor do DED defendeu o trabalho desenvolvido pelo prof. Ivan na elaboração dos pontos do protocolo que diziam respeito aos alunos da Instituição e que na semana seguinte a esta reunião seria realizada uma reunião com as famílias para explicar todos os assuntos que diziam respeito à volta das aulas presenciais, com a disponibilização de um resumo do protocolo por escrito e por vídeo; que o grupo de trabalho criado para tratar desse assunto havia contado com um representante de cada setor do departamento; e que o questionário aplicado e respondido pelas famílias serviria de base para a organização do setor. Luigi encerrou sua fala dizendo que o DED estava se esforçando ao máximo para que este retorno se desse da melhor forma possível. A representante dos professores retomou a palavra apenas para solicitar, do Diretor-Geral, uma reunião com os servidores do DED, nos mesmos moldes daquela realizada com o DMR. Em seguida, a representante dos técnicos, Indira Cardoso, informou ao Conselho sobre a resposta que INES havia dado à justiça, de que a instituição só retomaria as aulas presenciais no ano que vem. Indira perguntou sobre a aquisição de face shields, EPI que ela disse ser necessário para o trabalho dela, como intérprete de libras, e para o assistente de alunos. Ela contou que havia perguntado ao diretor do DMR se este EPI seria fornecido a ela e que a resposta dele, segundo ela, é de que havia poucos na casa. Indira questionou a sistemática de atualização dos casos de contaminação de covid-19 nos boletins do COE, uma vez que ela havia informado ao DMR a confirmação do próprio caso, por e-mail, no dia 23 de agosto e que este acabou não sendo informado no boletim seguinte, do dia 27 de agosto. Os conselheiros Elise e João reportaram que o caso dela foi discutido sim na reunião e que a omissão no boletim não teve outra explicação senão

a falha na sua redação, que passou despercebida pelos integrantes do Comitê. Indira relatou também a reunião realizada com 15 técnicos administrativos para discutir as medidas anunciadas no comunicado do COE e que eles haviam sido contra o retorno presencial. O presidente reforçou que os EPIS fornecidos pelas instituições são para ser usados por profissionais que lidam diretamente com alunos e que os servidores administrativos precisariam levar os seus. O diretor-geral disse que iria se informar sobre o caso específico da atividade desenvolvida pela intérprete de Libras. Em seguida, a representante dos pais, Patrícia Vilar, também pediu que fosse realizada uma reunião com os pais, pois os sentimentos dos alunos precisavam ser acolhidos e era preciso saber como fazer isso. A conselheira Elise lembrou que a obrigatoriedade do retorno é dos servidores e não dos pais; que se eles não quisessem, não precisariam voltar. Luigi disse que, para deixar isto bem claro, os pais deveriam assinar um documento, manifestando expressamente sua vontade em trazer o filho para as aulas presenciais. A representante docente concordou com Patrícia e disse que a categoria quer estar junto aos pais nessa reunião. Luigi informou também que o DED está tendo contato direto com a família e que tem um ponto que precisa ficar bem claro: que para garantir alguma ação do departamento será necessário informar os pais sobre os protocolos de retorno, que eles ainda não conhecem, o que seria feito na reunião da semana seguinte, já citada por ele. Segundo Luigi, o DED contabiliza 85 alunos que querem retornar imediatamente, mas que, na opinião dele, este número deveria mudar quando os pais tomassem conhecimento dos detalhes dos protocolos. João disse que é fundamental esta comunicação com a família e que isto já está sendo feito e será continuado. Passou-se então aos informes: o diretor-geral fez um breve relato do Enxerga IF, uma ação da residência médica realizada na semana anterior em parceria com o Instituto Federal do Maranhão e que teria continuidade com a oficina a ser oferecida remotamente para os profissionais dos Napnes; informou que o curso de mestrado profissional está funcionando de forma híbrida; falou sobre a reunião de que participou com o ministro da Educação e 10 reitores da Rede Federal em que foi apresentado o plano de expansão da Rede, com a divisão de alguns institutos, que já haviam solicitado a medida. Segundo João Ricardo, este plano seria matéria de projeto de lei e que nele seria incluída a transformação do IBC em instituto federal. Disse também que o Conif havia se manifestado contra o referido plano que, de acordo com o MEC, seria executado, uma vez que alguns institutos que já haviam se manifestado favoráveis a ele. O diretor informou também que havia conseguido a tão esperada autorização de crédito suplementar para a compra de EPIS. Informou a todos sobre a live de aniversário do IBC, no dia 17 daquele mês; sobre a audiência na Comissão de Educação da Pessoa com Deficiência onde seria tratada a transformação do IBC em autarquia, para a qual pediu que os diretores mobilizassem suas equipes para assistirem à transmissão do evento pela internet, uma vez que era necessário garantir cerca de 500 participantes para que os parlamentares percebessem a importância da pauta. Por fim, ele informou aos demais conselheiros sobre a reunião que teve com a equipe do DPA responsável pela emissão de portarias, acrescentando que todas as portarias do DED votadas na reunião ordinária anterior estavam sendo reformatadas, sem mudança de conteúdo; que os cursos discutidos e aprovados no conselho não poderiam ser portariados, mas encaminhados para o MEC; e que o DPA passaria a ter 5

dias para se pronunciar sobre cada uma das portarias enviadas para publicação. Findos os informes, passou-se aos assuntos gerais. Luigi disse que o DED estava se organizando para o retorno presencial, com a conversa com as famílias; que o departamento havia recebido mais um professor de inglês redistribuído; que na perspectiva do retorno presencial haveria espaços para os professores ficarem nos intervalos de uma aula e outra. Ele informou também que no dia anterior havia tratado com a equipe de TI para que fosse instalado um ponto de internet em cada uma das salas de coordenação de área. Não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 10h20 e, para constar, eu, Marília Amaral de Moura Estevão Tavares, lavrei a presente ata, que depois de lida, será assinada por mim, pelo presidente do Conselho e demais conselheiros.

---

Marília Amaral de Moura Estevão Tavares

---

João Ricardo Melo Figueiredo

---

Maria Odete Santos Duarte

---

Luigi Amato Bragança Amorim

---

Elise de Melo Borba Ferreira

---

Márcia Lins

---

Jefferson Gomes de Moura

---

Índira Stephanni Cardoso

---

Marcele Maria Ferreira Lopes

---

Patrícia Villares

---

Angélica Beta

---

Fernando da Costa Ferreira

---

Robson Lopes de Freitas